

Contratado: 98674708000122. Contratado : FAGANELLO AUTO PECAS LTDA - EPP -Objeto: Prorrogação do prazo da contratação por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 17/05/2014 a 16/05/2015. Valor Total: R\$528.900,00. Fonte: 250183023 - 2014NE800351. Data de Assinatura: 12/05/2014.

(SICON - 14/05/2014)

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 3/2013

O Inmetro torna público o resultado da 2ª fase (proposta técnica) da Concorrência n.º 003/2013 Processo n.º 52600.045898/2013, Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços complementares de planejamento estratégico e assessoria de comunicação. Após análise da documentação técnica pela Comissão Especial de Licitação, informamos o resultado: 1ª colocada-IN PRESS, com 144 pontos-classificada; 2ª colocada-CDN, com 137 pontos-classificada; 3ª colocada-INFORME, com 136 pontos-classificada; 4ª colocada-FSB, com 124 pontos-classificada; 5ª colocada-MSL, com 118 pontos-classificada; 6ª colocada-S2 PUBLI-CON, com 79 pontos-desclassificada; 7ª colocada-LVBA, com 70 pontos-desclassificada. * Por não alcançar 70% dos pontos previstos na pontuação máxima dos quesitos. ** Por não alcançar 70% dos pontos previstos na pontuação máxima dos quesitos. Obs. A análise detalhada foi encaminhada para o e-mail das empresas participantes. Informamos que o processo encontra-se com vista franqueada a partir do dia 15/05/2014, no endereço indicado no edital.

EDSON LUIZ DE AQUINO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(SIDEIC - 14/05/2014) 183023-18205-2014NE800056

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 777899/2012. CONCEDENTE: União, por intermédio do Ministério do Esporte - CNPJ 02.961.362/0001-74. CONVENIENTE: Sociedade Porvir Científico-UNILASALLE - CNPJ: 92.741.990/0001-37. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por fim Prorrogar a Vigência do Convênio 777899/2012, até 29 de abril de 2015. DATA DE ASSINATURA: 29 de abril de 2014. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ALDO REBELO DE OLIVEIRA - Ministro de Estado do Esporte - CPF: 164.121.504-63 e JARDELINO MENEGAT - Presidente da Sociedade Porvir Científico-UNILASALLE - C.P.F: 285.758.810-00. PROCESSO: 58701.007755/2012-60.

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorrogação de Ofício Nº 00002/2014 ao Convênio Nº 777900/2012. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DO ESPORTE, Unidade Gestora: 180002, Gestão: 00001. Conveniente : CONFEDERACAO BRASILEIRA DE VOLEIBOL, CNPJ nº 34.046.722/0001-07. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 8.991.112,05, Valor de Contrapartida: R\$ 138.787,90, Vigência: 24/12/2012 a 11/06/2014. Data de Assinatura: 09/05/2014. Assina : Pelo MINISTERIO DO ESPORTE - MINIST. DO ESPORTE / DENNER JAMES ARMANHE ZACCHI- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPORTE.

(SICONV(PORTAL) - 14/05/2014)

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

EDITAL Nº 5, DE 14 DE MAIO DE 2014 RETIFICAÇÃO DO EDITAL NORMATIVO Nº 1/2014

O Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação do edital normativo nº 01/2014 do Concurso Público, publicado no Diário Oficial da União em 08 de abril de 2014, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital supracitado.

1.De forma a dar maior clareza ao conteúdo programático de Direito Constitucional, Anexo II, item 1.2, este passa a ter a seguinte redação: 1. Dos Princípios Fundamentais. 2 Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 3 Da Organização do Estado. 4 Do Poder Executivo. 5 Do Meio Ambiente.

2.Alterar o subitem 1.3 do Anexo II. Onde se lê "Decreto nº 1.070, de 02/03/1994", leia-se "Decreto nº 7.174, de 12/05/2010".

3.Alterar o subitem 8 Extensão Florestal, do subitem 2.2 do Anexo II. Onde se lê "Lei 11.288/2010", leia-se "Lei 12.188/2010".

FRANCISCO GAETANI

EDITAL Nº 6, DE 14 DE MAIO DE 2014 RETIFICAÇÃO DO EDITAL NORMATIVO Nº 2/2014

O Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação do edital normativo nº 02/2014 do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial da União em 08 de abril de 2014, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital supracitado.

1.De forma a dar maior clareza ao conteúdo programático de Direito Constitucional, Anexo II, item 1.2, este passa a ter a seguinte redação: 1. Dos Princípios Fundamentais. 2 Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 3 Da Organização do Estado. 4 Do Poder Executivo. 5 Do Meio Ambiente.

2.Alterar o subitem 1.3 do Anexo II. Onde se lê "Decreto nº 1.070, de 02/03/1994", leia-se "Decreto nº 7.174, de 12/05/2010".

FRANCISCO GAETANI

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2014 - UASG 440001

Nº Processo: 02000001145201467 . Objeto: Curso Fronteiras em Gestão Pública, no período de 26 a 30/05/2014, em Brasília/DF, com carga horária de 40h, para 6 (seis) servidores do MMA. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 14/05/2014. JULIA LOPES MARTINS. Chefe de Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento. Ratificação em 14/05/2014. ADEMAR PAULO GREGORIO. Coordenador-geral de Gestão de Pessoas. Valor Global: R\$ 45.030,00. CNPJ CONTRATADA : 19.268.267/0001-92 FUNDACAODOM CABRAL.

(SIDEIC - 14/05/2014) 440001-00001-2014NE800002

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

EXTRATO DE COMPROMISSO

Processo nº: 02501.000112/2014-59; Espécie: Protocolo de Compromisso - PC nº 02/2014; Objetivo: Sanar as irregularidades verificadas pelo Auto de Infração nº 2006, de 7/6/2013; Vigência: 30/9/2019; Data da assinatura: 14/5/2014; e Signatários: Pela Agência Nacional de Águas - ANA, CNPJ nº 04.204.444/0001-08, Vicente Andreu, Diretor-Presidente. Pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Mansa - SAEE/Barra Mansa, CNPJ nº 29.053.402/0001-36, Horácio Guimarães Delgado Junior, Diretor Executivo, CPF nº 072.411.907-85.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 02501.000564/2014-31; Espécie: Contrato nº 016/ANA/2014; Contratante: Agência Nacional de Águas - ANA; CNPJ nº 04.204.444/0001-08; Contratada: SOCIEDADE BRASILEIRA DE METEOROLOGIA - SBMET; CNPJ nº 30.017.446/0001-90; Objeto: Patrocínio ao "Workshop EletroMet: Inovações no Monitoramento Hidrometeorológico e na Previsão do Tempo e Clima Aplicados ao Setor Elétrico Brasileiro", a ser realizado nos dias 26 e 27/5/2014, em Curitiba/PR; Valor do contrato: R\$ 50.000,00; Funcional Programática: 18.544.2026.20WI.0001; Fonte: 0183; Natureza da Despesa: 33.90.39; Nota de empenho: 2014NE000249, de 4/4/2014, no valor de R\$ 50.000,00; Fundamento legal: Decreto nº 6.555, de 8/9/2008, e Instrução Normativa SECOM-PR nº 01, de 8/5/2009; Vigência: até 31/7/2014; e Data da assinatura: 24/4/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 02501.001534/2009-84; Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Parceria nº 001/ANA/2011; Objeto: Indicar o crédito orçamentário e a nota de empenho para custear as despesas no exercício de 2014 e dar nova redação à Cláusula Quinta do Termo de Parceria nº 001/ANA/2011 e ao item 1.5 do Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Parceria; Nome da OSCIP: Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - ADESE, CNPJ nº 04.634.516/0001-49, com anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu - CBH PIRANHAS-AÇU; Nome do responsável: Petrucio de Lima Ferreira, CPF nº 051.005.114-60, Diretor-Executivo da ADESE e, José Procópio de Lucena, Presidente do CBH PIRANHAS-AÇU, CPF nº 182.415.304-04;

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2014 - UASG 193111

Número do Contrato: 10/2012. Nº Processo: 02015004559201136. PREGÃO SISPP Nº 10/2011. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 02780863000154. Contratado : PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL -LTDA - ME. Objeto: Supressão de 02 postos na sede/BH; 01posto na ESREG de Governador Valadares; 01 posto na ESREG de Lavras e 01 posto na Base Avançada de Juiz de Fora, unidades pertencentes aoIBAMA/SUPES/MG e, ainda, a prorrogação do contrato de prestação de serviços de Conservação eLimpeza - Contrato nº 10/2012, por mais um período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II e art.65,I, "b" e ÷ 1º e 2º do art.65 da Lei nº 8.666/93; arts. 30, ÷ 3º e 4º e 30-A da IN/SLTin.2/08.Vigência: 04/04/2014 a 04/04/2015. Valor Total: R\$447.318,60. Fonte: 174193034 - 2014NE800091. Data de Assinatura: 03/04/2014.

(SICON - 14/05/2014) 193111-19211-2014NE800006

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Permissão de Uso Gratuito Nº 1/2010, publicado no DOU de 04.02.2010, seção 3, página 113. Onde se lê: VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura para expirar em 05/02/2015, podendo ser prorrogado. Leia-se: VIGÊNCIA: O presente termo vigorará a partir da data de sua assinatura e é outorgada em caráter precário e gratuito, podendo ser revogada a qualquer tempo pelo PERMITENTE ou PERMISSONÁRIO, observadas as condições de oportunidade e conveniência, mediante simples notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2014 - UASG 193103

Nº Processo: 02006000363201424. PREGÃO SISPP Nº 1/2014. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 02794826000103. Contratado : DFJ COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME-Objeto: Atender despesas com o fornecimento de forma parcelada de ração, grãos, frutas, verduras e outros alimentos, destinados a suprir as necessidades de manutenção dos animais do Centro de Triagem de Animais Silvestres - CÉTAS, localizado em SALVADOR/BA. Fundamento Legal: Conforme Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Vigência: 07/05/2014 a 31/12/2014. Valor Total: R\$28.061,00. Fonte: 174193034 - 2014NE800130. Data de Assinatura: 07/05/2014.

(SICON - 14/05/2014) 193099-19211-2014NE800006

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 193103

Número do Contrato: 5/2012. Nº Processo: 02059000371201111. DISPENSA Nº 10/2012. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CPF Contratado: 69018154504. Contratado : SANTA MARGON MARIM -Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses e o reajustamento de preço do contrato que tem por objeto a locação do imóvel situado à Rua Presidente Kennedy, nº 280, Centro, Eunápolis-BA, para sediar a Gerência Executiva do IBAMA em Eunápolis/BA. Fundamento Legal: art. 60 c/c o 62, 65, da Lei 8.666/93 c/c art. 3º da Lei 8.245/91. Vigência: 09/05/2014 a 09/05/2015. Valor Total: R\$33.393,12. Fonte: 174193034 - 2014NE800004. Data de Assinatura: 09/05/2014.

(SICON - 14/05/2014) 193099-19211-2014NE800006

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 3/2014 - UASG 193104

Nº Processo: 02007000512/14-45 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de água potável adicionada de sais em 210 (duzentos e dez) vasilhames de 20 litros, em regime de comodato, e de gás de cozinha (GLP) em 05 (cinco) botijões de 13 Kg, para o Escritório Regional do Aracati/CE durante o exercício de 2014. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 15/05/2014 de 08h00 às 11h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Rua Cel. João Carneiro, 31 - Fátima FORTALEZA - CE. Entrega das Propostas: a partir de 15/05/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br.. Abertura das Propostas: 27/05/2014 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br.

FRANCISCO DE ASSIS BARROSO CUNHA
Procureiro

(SIDEIC - 14/05/2014) 193104-19211-2014NE800006

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

O Superintendente do Ibama em Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, INTIMA o(s) interessado(s) abaixo relacionado(s) ou seu(s) representante(s) legal(is), por

Contratado: 98674708000122. Contratado : FAGANELLO AUTO PECAS LTDA - EPP -Objeto: Prorrogação do prazo da contratação por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 17/05/2014 a 16/05/2015. Valor Total: R\$528.900,00. Fonte: 250183023 - 2014NE800351. Data de Assinatura: 12/05/2014.

(SICON - 14/05/2014)

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 3/2013

O Inmetro torna público o resultado da 2ª fase (proposta técnica) da Concorrência n.º 003/2013 Processo n.º 52600.045898/2013, Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços complementares de planejamento estratégico e assessoria de comunicação. Após análise da documentação técnica pela Comissão Especial de Licitação, informamos o resultado: 1ª colocada-IN PRESS, com 144 pontos-classificada; 2ª colocada-CDN, com 137 pontos-classificada; 3ª colocada-INFORME, com 136 pontos-classificada; 4ª colocada-FSB, com 124 pontos-classificada; 5ª colocada-MSL, com 118 pontos-classificada; 6ª colocada-S2 PUBLICON, com 79 pontos-desclassificada; 7ª colocada-LVBA, com 70 pontos-desclassificada. * Por não alcançar 70% dos pontos previstos na pontuação máxima dos quesitos. ** Por não alcançar 70% dos pontos previstos na pontuação máxima dos quesitos. Obs. A análise detalhada foi encaminhada para o e-mail das empresas participantes. Informamos que o processo encontra-se com vista franqueada a partir do dia 15/05/2014, no endereço indicado no edital.

EDSON LUIZ DE AQUINO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(SIDECA - 14/05/2014) 183023-18205-2014NE800056

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 777899/2012. CONCEDENTE: União, por intermédio do Ministério do Esporte - CNPJ 02.961.362/0001-74. CONVENIENTE: Sociedade Porvir Científico-UNILASALLE - CNPJ: 92.741.990/0001-37. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por fim Prorrogar a Vigência do Convênio 777899/2012, até 29 de abril de 2015. DATA DE ASSINATURA: 29 de abril de 2014. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ALDO REBELO LUIZUIREDO - Ministro de Estado do Esporte - CPF: 164.121.504-63 e JARDELINO MENEGAT - Presidente da Sociedade Porvir Científico-UNILASALLE - C.P.F: 285.758.810-00. PROCESSO: 58701.007755/2012-60.

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorrogação de Ofício Nº 00002/2014 ao Convênio Nº 777900/2012. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DO ESPORTE, Unidade Gestora: 180002, Gestão: 00001. Conveniente : CONFEDERACAO BRASILEIRA DE VOLEIBOL, CNPJ nº 34.046.722/0001-07. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 8.991.112,05, Valor de Contrapartida: R\$ 138.787,90, Vigência: 24/12/2012 a 11/06/2014. Data de Assinatura: 09/05/2014. Assina : Pelo MINISTERIO DO ESPORTE - MINIST. DO ESPORTE / DENNER JAMES ARMANHE ZACCHI- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPORTE.

(SICONV(PORTAL) - 14/05/2014)

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

EDITAL Nº 5, DE 14 DE MAIO DE 2014 RETIFICAÇÃO DO EDITAL NORMATIVO Nº 1/2014

O Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação do edital normativo nº 01/2014 do Concurso Público, publicado no Diário Oficial da União em 08 de abril de 2014, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital supracitado.

1.De forma a dar maior clareza ao conteúdo programático de Direito Constitucional, Anexo II, item 1.2, este passa a ter a seguinte redação: 1. Dos Princípios Fundamentais. 2 Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 3 Da Organização do Estado. 4 Do Poder Executivo. 5 Do Meio Ambiente.

2.Alterar o subitem 1.3 do Anexo II. Onde se lê "Decreto nº 1.070, de 02/03/1994", leia-se "Decreto nº 7.174, de 12/05/2010".

3.Alterar o subitem 8 Extensão Florestal, do subitem 2.2 do Anexo II. Onde se lê "Lei 11.288/2010", leia-se "Lei 12.188/2010".

FRANCISCO GAETANI

EDITAL Nº 6, DE 14 DE MAIO DE 2014 RETIFICAÇÃO DO EDITAL NORMATIVO Nº 2/2014

O Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação do edital normativo nº 02/2014 do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial da União em 08 de abril de 2014, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital supracitado.

1.De forma a dar maior clareza ao conteúdo programático de Direito Constitucional, Anexo II, item 1.2, este passa a ter a seguinte redação: 1. Dos Princípios Fundamentais. 2 Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 3 Da Organização do Estado. 4 Do Poder Executivo. 5 Do Meio Ambiente.

2.Alterar o subitem 1.3 do Anexo II. Onde se lê "Decreto nº 1.070, de 02/03/1994", leia-se "Decreto nº 7.174, de 12/05/2010".

FRANCISCO GAETANI

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2014 - UASG 440001

Nº Processo: 02000001145201467 . Objeto: Curso Fronteiras em Gestão Pública, no período de 26 a 30/05/2014, em Brasília/DF, com carga horária de 40h, para 6 (seis) servidores do MMA. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 14/05/2014. JULIA LOPES MARTINS. Chefe de Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento. Ratificação em 14/05/2014. ADEMAR PAULO GREGORIO. Coordenador-geral de Gestão de Pessoas. Valor Global: R\$ 45.030,00. CNPJ CONTRATADA : 19.268.267/0001-92 FUNDACAODOM CABRAL.

(SIDECA - 14/05/2014) 440001-00001-2014NE800002

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

EXTRATO DE COMPROMISSO

Processo nº: 02501.000112/2014-59; Espécie: Protocolo de Compromisso - PC nº 02/2014; Objetivo: Sanar as irregularidades verificadas pelo Auto de Infração nº 2006, de 7/6/2013; Vigência: 30/9/2019; Data da assinatura: 14/5/2014; e Signatários: Pela Agência Nacional de Águas - ANA, CNPJ nº 04.204.444/0001-08, Vicente Andreu, Diretor-Presidente. Pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Mansa - SAEE/Barra Mansa, CNPJ nº 29.053.402/0001-36, Horácio Guimarães Delgado Junior, Diretor Executivo, CPF nº 072.411.907-85.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 02501.000564/2014-31; Espécie: Contrato nº 016/ANA/2014; Contratante: Agência Nacional de Águas - ANA; CNPJ nº 04.204.444/0001-08; Contratada: SOCIEDADE BRASILEIRA DE METEOROLOGIA - SBMET; CNPJ nº 30.017.446/0001-90; Objeto: Patrocínio ao "Workshop EletroMet: Inovações no Monitoramento Hidrometeorológico e na Previsão do Tempo e Clima Aplicados ao Setor Elétrico Brasileiro", a ser realizado nos dias 26 e 27/5/2014, em Curitiba/PR; Valor do contrato: R\$ 50.000,00; Funcional Programática: 18.544.2026.20WI.0001; Fonte: 0183; Natureza da Despesa: 33.90.39; Nota de empenho: 2014NE000249, de 4/4/2014, no valor de R\$ 50.000,00; Fundamento legal: Decreto nº 6.555, de 8/9/2008, e Instrução Normativa SECOM-PR nº 01, de 8/5/2009; Vigência: até 31/7/2014; e Data da assinatura: 24/4/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 02501.001534/2009-84; Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Parceria nº 001/ANA/2011; Objeto: Indicar o crédito orçamentário e a nota de empenho para custear as despesas no exercício de 2014 e dar nova redação à Cláusula Quinta do Termo de Parceria nº 001/ANA/2011 e ao item 1.5 do Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Parceria; Nome da OSCIP: Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - ADESE, CNPJ nº 04.634.516/0001-49, com anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu - CBH PIRANHAS-AÇU; Nome do responsável: Petrucio de Lima Ferreira, CPF nº 051.005.114-60, Diretor-Executivo da ADESE e, José Procópio de Lucena, Presidente do CBH PIRANHAS-AÇU, CPF nº 182.415.304-04;

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2014 - UASG 193111

Número do Contrato: 10/2012. Nº Processo: 02015004559201136. PREGÃO SISPP Nº 10/2011. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 02780863000154. Contratado : PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL -LTDA - ME. Objeto: Supressão de 02 postos na sede/BH; 01posto na ESREG de Governador Valadares; 01 posto na ESREG de Lavras e 01 posto na Base Avançada de Juiz de Fora, unidades pertencentes aoIBAMA/SUPES/MG e, ainda, a prorrogação do contrato de prestação de serviços de Conservação e Limpeza - Contrato nº 10/2012, por mais um período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II e art.65,I, "b" e ÷ 1º e 2º do art.65 da Lei nº 8.666/93; arts. 30, ÷ 3º e 4º e 30-A da IN/SLTin.2/08.Vigência: 04/04/2014 a 04/04/2015. Valor Total: R\$447.318,60. Fonte: 174193034 - 2014NE800091. Data de Assinatura: 03/04/2014.

(SICON - 14/05/2014) 193111-19211-2014NE800006

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Permissão de Uso Gratuito Nº 1/2010, publicado no DOU de 04.02.2010, seção 3, página 113. Onde se lê: VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura para expirar em 05/02/2015, podendo ser prorrogado. Leia-se: VIGÊNCIA: O presente termo vigorará a partir da data de sua assinatura e é outorgada em caráter precário e gratuito, podendo ser revogada a qualquer tempo pelo PERMITENTE ou PERMISSIONÁRIO, observadas as condições de oportunidade e conveniência, mediante simples notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2014 - UASG 193103

Nº Processo: 02006000363201424. PREGÃO SISPP Nº 1/2014. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 02794826000103. Contratado : DFJ COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME-Objeto: Atender despesas com o fornecimento de forma parcelada de ração, grãos, frutas, verduras e outros alimentos, destinados a suprir as necessidades de manutenção dos animais do Centro de Triagem de Animais Silvestres - CÉTAS, localizado em SALVADOR/BA. Fundamento Legal: Conforme Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Vigência: 07/05/2014 a 31/12/2014. Valor Total: R\$28.061,00. Fonte: 174193034 - 2014NE800130. Data de Assinatura: 07/05/2014.

(SICON - 14/05/2014) 193099-19211-2014NE800006

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 193103

Número do Contrato: 5/2012. Nº Processo: 02059000371201111. DISPENSA Nº 10/2012. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CPF Contratado: 69018154504. Contratado : SANTA MARGON MARIM -Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses e o reajustamento de preço do contrato que tem por objeto a locação do imóvel situado à Rua Presidente Kennedy, nº 280, Centro, Eunápolis-BA, para sediar a Gerência Executiva do IBAMA em Eunápolis/BA. Fundamento Legal: art. 60 c/c o 62, 65, da Lei 8.666/93 c/c art. 3º da Lei 8.245/91. Vigência: 09/05/2014 a 09/05/2015. Valor Total: R\$33.393,12. Fonte: 174193034 - 2014NE800004. Data de Assinatura: 09/05/2014.

(SICON - 14/05/2014) 193099-19211-2014NE800006

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 3/2014 - UASG 193104

Nº Processo: 02007000512/14-45 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de água potável adicionada de sais em 210 (duzentos e dez) vasilhames de 20 litros, em regime de comodato, e de gás de cozinha (GLP) em 05 (cinco) botijões de 13 Kg, para o Escritório Regional do Aracati/CE durante o exercício de 2014. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 15/05/2014 de 08h00 às 11h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Rua Cel. João Carneiro, 31 - Fátima FORTALEZA - CE. Entrega das Propostas: a partir de 15/05/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/05/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

FRANCISCO DE ASSIS BARROSO CUNHA
Procureiro

(SIDECA - 14/05/2014) 193104-19211-2014NE800006

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

O Superintendente do Ibama em Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, INTIMA o(s) interessado(s) abaixo relacionado(s) ou seu(s) representante(s) legal(is), por

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 PARA CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE
EDITAL NORMATIVO Nº 01/2014 – DE 08 DE ABRIL DE 2014**

Edital normativo atualizado de acordo com edital de retificação publicado no Diário Oficial da União, de 11 de abril de 2014.

O **SECRETÁRIO-EXECUTIVO - SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria nº 75/GM/MP, de 10 de março de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, torna pública a realização do **CONCURSO PÚBLICO** para provimento de vagas no cargo de **ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE**, para as Áreas de Concentração I e II do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, com lotação no **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB**, de acordo com a legislação pertinente e com as normas constantes neste edital e em seus anexos.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público será regido por este edital e executado pelo **INSTITUTO QUADRIX**.

1.2 A seleção destina-se ao provimento das vagas existentes no quadro de servidores do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, com lotação no **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB**, de acordo com a tabela do item 2 e, ainda, ao preenchimento das vagas que surgirem no decorrer do prazo de validade do concurso, que será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame.

1.3 O concurso público de que trata este edital será composto de prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do **INSTITUTO QUADRIX**.

1.4 As provas referentes ao concurso público serão aplicadas nas cidades de **Curitiba (PR)**, **Natal (RN)**, **Porto Velho (RO)** e **Santarém (PA)**.

1.4.1 Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados nas cidades de realização das provas, essas poderão ser realizadas em outras localidades.

1.5 O candidato aprovado terá jornada de trabalho semanal de 40 (quarenta) horas. Os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações).

1.6 Os horários mencionados no presente edital e nos demais editais a serem publicados para o certame obedecerão ao horário oficial de Brasília/DF.

1.7 Fazem parte deste edital os anexos: I (Requisitos e Atribuições do Cargo/Áreas de Concentração), II (Conteúdo Programático), III (Modelo de Requerimento para Candidato com Deficiência e/ou Necessidades Especiais) e IV (Cronograma de Fases).

2 DO CARGO/ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

2.1 Tabela de cargo/áreas de concentração, unidade regional, vagas, cidades de lotação e remuneração:

2.1.1 CARGO COM REQUISITO DE NÍVEL SUPERIOR – ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE

CÓD.	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	UNIDADE REGIONAL	VAGAS		CIDADE DE LOTAÇÃO
			AMPLA CONCORRÊNCIA	CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA	
300	Área I	UR Sul	2	(*)	Curitiba (PR)
301	Área I	UR Nordeste	2	(*)	Natal (RN)
302	Área I	UR Purus Madeira	2	(*)	Porto Velho (RO)
303	Área I	UR BR 163	2	(*)	Santarém (PA)
310	Área II	UR Nordeste	4	(*)	Natal (RN)
311	Área II	UR Purus Madeira	4	(*)	Porto Velho (RO)
312	Área II	UR BR 163	7	1	Santarém (PA)

(*) Para essas vagas, não há reserva de vaga para candidato portador de deficiência para provimento imediato em virtude do quantitativo oferecido.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.478,30, correspondentes a Vencimento Básico = R\$ 3.943,10 e GDAEM = R\$ 2.535,20 (80 pontos), podendo chegar até R\$ 3.169,00, após a primeira avaliação de desempenho individual.

2.2 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto 6.944/2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

- 3.1 Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.
- 3.2 Estar em pleno exercício dos direitos civis e políticos.
- 3.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as militares.
- 3.4 Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo/área de concentração de sua inscrição, conforme anexo I deste edital.
- 3.5 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse.
- 3.6 Submeter-se a exame de higidez física e mental, capacitante ou incapacitante, de responsabilidade dos membros que compõem a Junta Médica Oficial, com o objetivo de aferir se as condições físicas e psíquicas são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo, ficando às expensas do candidato os exames laboratoriais e complementares necessários à avaliação médica.
 - 3.6.1 O candidato nomeado que não for considerado apto na inspeção de saúde física e mental terá o seu ato de nomeação tornado sem efeito.
- 3.7 Apresentar, no ato da posse, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais dos documentos necessários para composição do dossiê funcional, conforme relação a ser fornecida pela Coordenação Geral Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente.
- 3.8 Apresentar declaração de acumulação de cargo ou função pública, quando for o caso, ou a sua negativa.
- 3.9 Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse.
- 3.10 Cumprir as determinações deste edital, ter sido aprovado no presente concurso público e ser considerado apto após submeter-se aos exames médicos exigidos para o cargo/área de concentração por ocasião da posse.

4 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

4.1 TAXAS DE INSCRIÇÃO:

a) R\$ 75,00 (setenta e cinco reais)

4.1.1 Será admitida a inscrição exclusivamente via internet, no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>, solicitada no período entre **10 horas do dia 09 de abril de 2014 e 23 horas e 59 minutos do dia 16 de maio de 2014**.

4.1.2 O **INSTITUTO QUADRIX** não se responsabiliza por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.1.3 O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário.

4.1.4 O boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br> e deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição online.

4.1.4.1 O candidato poderá reimprimir o boleto bancário acessando novamente o sistema de inscrição.

4.1.5 O boleto bancário poderá ser pago, preferencialmente, em qualquer agência bancária, bem como nas lotéricas e outros estabelecimentos, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

4.1.6 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado **até o dia 20 de maio de 2014**.

4.1.6.1 O **INSTITUTO QUADRIX**, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia **20 de maio de 2014**.

4.1.7 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

4.2 DO COMPROVANTE DEFINITIVO DE INSCRIÇÃO E LOCAL DE PROVA

4.2.1 No comprovante definitivo de inscrição constarão as informações de dia, horário, local e sala de prova.

4.2.2 O comprovante definitivo de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>, após o acatamento da inscrição, na data provável de **02 de junho de 2014**.

4.2.2.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, acessar o referido endereço eletrônico para verificar o seu local de provas, por meio de busca individual, devendo, para tanto, informar os dados solicitados.

4.2.3 São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

4.2.4 O **INSTITUTO QUADRIX** poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem 4.2.2, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por *e-mail*, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o edital de convocação a ser publicado.

4.2.5 O **INSTITUTO QUADRIX** não enviará correspondência ao endereço dos candidatos informando os locais de aplicação de provas.

4.2.6 Em caso de não confirmação de inscrição, o candidato deverá entrar em contato com o **INSTITUTO QUADRIX** por meio dos telefones ou *e-mail* informados no subitem 14.3.

4.2.7 O comprovante definitivo de inscrição terá a informação do local e do horário de realização da prova, o que não desobriga o candidato do dever de observar o edital de convocação a ser publicado.

5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar por um cargo/área de concentração e por uma cidade de prova. Uma vez efetivada a inscrição e confirmado o respectivo pagamento do boleto bancário, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

5.1.1 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos públicos ou para outro cargo/área de concentração.

5.1.2 É vedada a inscrição condicional, a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.

5.1.3 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.1.3.1 O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal, em tempo de conseguir o registro e o respectivo número antes do término do período de inscrições.

5.1.3.2 Terá sua inscrição cancelada e será automaticamente excluído do concurso público o candidato que utilizar o CPF de outra pessoa, sem direito a ressarcimento de valores.

5.1.4 As informações prestadas no formulário de inscrição on-line serão de inteira responsabilidade do candidato, ainda que feitas com o auxílio de terceiros, dispondo o **INSTITUTO QUADRIX** do direito de excluir do concurso aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

5.1.5 O candidato não poderá se inscrever em mais de um cargo/área de concentração, pois as provas para todas as áreas de concentração serão realizadas no mesmo período.

5.1.5.1 Para o candidato, isento ou não, que realizar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será considerada a última inscrição efetuada no sistema do **INSTITUTO QUADRIX**.

5.1.5.2 Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, não haverá restituição parcial ou integral, sob qualquer circunstância, dos valores pagos a título de taxa de inscrição.

5.1.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

5.1.7 No caso de o pagamento da taxa de inscrição ser efetuado com cheque bancário que, porventura, venha a ser devolvido, por qualquer motivo, o **INSTITUTO QUADRIX** reserva-se o direito de tomar as medidas legais cabíveis, inclusive a não efetivação da inscrição.

5.1.8 O comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas, caso seja solicitado.

5.1.9 O candidato que efetuar a inscrição no concurso público, aceita e tem ciência de que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo/área de concentração por ocasião da convocação.

5.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

5.2.1 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 03 de outubro de 2008.

5.2.2 Poderá solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição no concurso o candidato amparado pelo decreto supracitado.

5.2.3 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e

b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

5.2.4 O candidato que preencher os requisitos do dispositivo citado no subitem anterior e desejar isenção de pagamento da taxa de inscrição neste concurso público poderá requerê-la, no período entre **10 horas do dia 09 de abril de 2014 e 23 horas e 59 minutos do dia 29 de abril de 2014**, por meio de preenchimento de formulário eletrônico específico disponível no *link* <https://concursos.quadrix.org.br/default.aspx>, devendo o candidato, obrigatoriamente:

a) informar número do CPF;

b) informar número do CEP de sua residência;

c) informar número de Identificação Social-NIS, atribuído pelo CadÚnico;

d) informar nome da mãe completo sem abreviaturas;

e) selecionar e escolher o concurso/cargo/área de concentração pretendidos e

f) selecionar a opção de estar ciente com as normas deste edital.

5.2.5 O preenchimento correto dos dados no formulário é de responsabilidade exclusiva do candidato. A constatação de inconsistência ou falta em qualquer um dos dados fornecidos pelo candidato poderá acarretar o indeferimento da solicitação.

5.2.6 O **INSTITUTO QUADRIX** não se responsabilizará pelo não recebimento da solicitação de isenção por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas ou fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.2.7 Para fins de comprovação, o candidato deverá imprimir o comprovante da solicitação do pedido de isenção.

5.2.8 As informações prestadas na solicitação de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, o qual pode responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso público, aplicando-se, ainda, o disposto no § único do art. 10º do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.

5.2.9 O **INSTITUTO QUADRIX** consultará o órgão gestor do CadÚnico, a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção na condição de hipossuficiente.

5.2.10 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas e

b) não observar a forma e o prazo para a solicitação.

5.2.11 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição extemporânea, via postal, via fax ou via correio eletrônico.

5.2.12 A relação dos pedidos de isenção será divulgada na data provável de **12 de maio de 2014**, no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>.

5.2.12.1 O candidato disporá de dois dias úteis a partir da divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, por meio de *e-mail* citado no subitem 14.3 deste edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5.2.12.2 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos, para efetivar a sua inscrição no concurso público, deverão acessar o endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br> e imprimir o respectivo boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição **até o dia 20 de maio de 2014**, conforme procedimentos descritos neste edital ou em publicações posteriores.

5.2.12.3 O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior estará automaticamente excluído do concurso público.

5.3 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

5.3.1 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, **até o dia 20 de maio de 2014**, impreterivelmente, via SEDEX, para a **Central de Atendimento do INSTITUTO QUADRIX (Concurso Público – SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB)**, Caixa Postal 28203, CEP: 01.234-970, São Paulo (SP), laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) emitido nos últimos 12 (doze) meses, contados até o último dia de inscrição; ou documentação que comprove e justifique o atendimento especial solicitado.

5.3.2 Após o prazo informado no subitem anterior, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública.

5.3.3 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O **INSTITUTO QUADRIX** não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada desses documentos.

5.3.4 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) terá validade somente para este concurso e não será devolvido, assim como não será fornecida cópia desse documento.

5.3.5 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

5.3.5.1 O **INSTITUTO QUADRIX** não disponibilizará acompanhante para guarda de criança nos dias das provas. A candidata nessa condição que não levar acompanhante não realizará as provas.

5.3.6 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional (máximo de 1 hora) para realização das provas, deverá indicar a necessidade na solicitação de inscrição e encaminhar, **até o dia 20 de maio de 2014**, na forma do subitem 5.3.1, justificativa acompanhada de laudo e parecer emitidos por especialista da área de sua deficiência que ateste a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o § 2º do artigo 40 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

5.3.7 A relação dos candidatos que solicitaram atendimento especial será divulgada no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>, na ocasião da divulgação do edital de locais e horários de realização das provas.

5.3.7.1 O candidato disporá de dois dias úteis a partir da divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, por meio de *e-mail* citado no subitem 14.3 deste edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5.3.8 A solicitação de condições ou recursos especiais será atendida, em qualquer caso, segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

6.1 Aos candidatos com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente concurso público, para o cargo/área de concentração cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência.

6.1.1 Das vagas destinadas a cada cargo/área de concentração e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso público, 5% serão providas na forma do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, e nos termos da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça.

6.1.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, esse deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas.

6.1.3 O candidato com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria, participará do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se candidato com deficiência;

b) encaminhar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos 12 (doze) meses, contados até o último dia de inscrição, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID- 10), bem como à provável causa da deficiência;

c) encaminhar requerimento, solicitando vaga especial, constando o tipo de deficiência e a necessidade de prova especial, se for o caso (conforme modelo do anexo III deste edital). Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no ato da inscrição.

6.2.1 O candidato com deficiência deverá enviar o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e o requerimento via SEDEX, postado impreterivelmente **até o dia 20 de maio de 2014**, para a **Central de Atendimento do INSTITUTO QUADRIX (Concurso Público – SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB)**, Caixa Postal 28203, CEP: 01234-970, São Paulo/SP, desde que cumprida a formalidade de inscrição nos prazos citados no item 4 deste edital.

6.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e do requerimento é de responsabilidade exclusiva do candidato. O **INSTITUTO QUADRIX** não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada desses documentos.

6.3 O candidato com deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.3 deste edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização dessas, conforme previsto no artigo 40, § 1º e 2º, do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

6.4 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) valerá somente para este concurso, não será devolvido e não será fornecida cópia desse documento.

6.5 A relação dos candidatos que solicitaram, na inscrição, concorrer na condição de candidatos com deficiência será divulgada na internet, no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>, na ocasião da divulgação do edital de locais e horários de realização das provas.

6.5.1 O candidato disporá de dois dias úteis a partir da divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, por meio de *e-mail* citado no subitem 14.3 deste edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

6.6 A inobservância do disposto no subitem 6.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais necessárias.

6.7 DA PERÍCIA MÉDICA

6.7.1 Os candidatos que se declararem com deficiência, se não eliminados no concurso, serão convocados para se submeterem à perícia médica, promovida por equipe multiprofissional sob responsabilidade do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, que verificará sua qualificação como deficiente ou não, bem como a incompatibilidade entre as atribuições do cargo/área de concentração e a deficiência apresentada, nos termos do artigo 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, e da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

6.7.2 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de documento de identidade original e de laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos 12 (doze) meses que antecede a perícia médica, que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência.

6.7.3 O laudo médico (original ou cópia autenticada) será retido pelo MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE por ocasião da realização da perícia médica e não será devolvido em hipótese alguma.

6.7.4 Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência o candidato que, por ocasião da perícia médica de que trata o subitem 6.7 deste edital, não apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) ou que apresentar laudo que não tenha sido emitido nos últimos 12 (doze) meses, bem como que não for qualificado na perícia médica como pessoa com deficiência ou, ainda, que não comparecer à perícia.

6.7.5 O candidato com deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no concurso público, figurará na lista de classificação geral por cargo/área de concentração.

6.7.6 A compatibilidade entre as atribuições do cargo/área de concentração e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada durante o estágio probatório, na forma estabelecida no § 2º do artigo 43 do Decreto nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.7.6.1 O candidato com deficiência reprovado na perícia médica no decorrer do estágio probatório, em virtude de incompatibilidade da deficiência, com as atribuições do cargo/área de concentração será exonerado.

6.8 Os candidatos que se declararam com deficiência no ato da inscrição, se não eliminados no concurso público, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral por cargo/área de concentração.

6.9 As vagas definidas no subitem 6.1.1 que não forem providas por falta de candidatos com deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo/área de concentração.

7 DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

7.1 As fases do concurso e seu caráter estão descritos conforme os quadros a seguir:

7.1.1 NÍVEL SUPERIOR

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	QUESTÕES	PESO	PONTOS	CARÁTER
PROVA OBJETIVA	Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	1	5	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
		Direito Constitucional	5	1	5	
		Direito Administrativo	5	1	5	
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos na área	35	2	70	
TOTAIS			50		85	

8 DA PROVA OBJETIVA

8.1 A prova objetiva será realizada nas cidades de Curitiba (PR), Natal (RN), Porto Velho (RO) e Santarém (PA), considerando o horário de Brasília, terá a duração de 4 (quatro) horas e será aplicada na data provável de **08 de junho de 2014**, no turno da tarde.

8.1.1 A data da prova é sujeita a alteração.

8.2 O conteúdo programático da prova objetiva referente às áreas de conhecimento está disposto no anexo II deste edital.

8.3 Ao candidato só será permitida a participação na prova, na respectiva data, horário e local divulgados no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>, e no comprovante definitivo de inscrição que será disponibilizado em **02 de junho de 2014**.

8.4 Será vedada a realização da prova fora do local designado.

8.5 Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>, conforme disposto no subitem 4.2.

8.6 A prova objetiva será composta de questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas para escolha de uma única resposta e pontuação total variando entre o mínimo de 0 (zero) e o máximo de 85 (oitenta e cinco) pontos; terá caráter eliminatório e classificatório.

8.7 As questões serão específicas para cada cargo/área de concentração, em grau de dificuldade compatível com o nível de escolaridade mínimo exigido e com o conteúdo programático expresso no anexo II, e de acordo com as especificações do item 7.

8.8 Questões coincidentes poderão estar presentes em provas para preenchimento de cargo/áreas de concentração diferentes, devido ao mesmo requisito de nível de escolaridade.

9 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

9.1 As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico, a partir das marcações feitas pelos candidatos no cartão-resposta.

9.2 A nota de cada candidato na prova objetiva será obtida pela multiplicação da quantidade de questões acertadas pelo candidato, conforme o gabarito oficial definitivo, pelo peso de cada questão, conforme item 7.

9.3 Será considerado habilitado o candidato que obtiver no mínimo 5 pontos na prova de conhecimentos básicos e 21 pontos na prova de conhecimentos específicos.

9.4 O candidato não habilitado na prova objetiva será automaticamente considerado reprovado, para todos os efeitos, e não terá classificação alguma no concurso público.

10 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Em caso de empate terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste concurso público, conforme o § único do artigo 27 do Estatuto do Idoso;
- obtiver a maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- obtiver a maior nota na prova de Conhecimentos Básicos (Direito Administrativo);
- obtiver a maior nota na prova de Conhecimentos Básicos (Direito Constitucional);
- obtiver a maior nota na prova de Conhecimentos Básicos (Língua Portuguesa);

- f) tiver exercido a função de jurado (conforme artigo 440 do Código de Processo Penal - Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689/2008) e
- g) for mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

- 10.2 O direito referente a alínea “f” do subitem anterior decorre do exercício da função de jurado a partir da vigência do dispositivo legal supra;
- 10.2.1 O candidato deverá informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado;
- 10.2.2 O candidato deve estar ciente de que no ato da posse do cargo/área de concentração deverá apresentar prova documental de que exerceu essa função;
- 10.2.3 Caso o candidato declare no ato da inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate no concurso e não comprove documentalmente esta condição no ato da posse, será eliminado do concurso.

11 DA CLASSIFICAÇÃO E NOTA FINAL NO CONCURSO PÚBLICO

- 11.1 A nota final no concurso público será a nota obtida na prova objetiva.
- 11.2 Os candidatos habilitados, em conformidade com os critérios estabelecidos neste edital, serão ordenados por cargo/área de concentração de acordo com os valores decrescentes da nota final, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos no item 10 deste edital.

12 DOS RECURSOS

- 12.1 O prazo para interposição de recurso será de 2 dias úteis, contados a partir da data seguinte à da divulgação ou do fato que lhe deu origem.
- 12.2 O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>
- 12.3 Será admitido recurso contra o gabarito oficial preliminar da prova objetiva.
- 12.4 O recurso deverá ser formalizado e devidamente fundamentado, mediante modelos de requerimentos específicos – Formulário de Recurso e Justificativa de Recurso – que estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>.
- 12.5 O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado, estar digitado ou datilografado com as seguintes informações essenciais: nome do candidato, CPF, cargo/área de concentração a que está concorrendo, código do cargo, número de inscrição e assinatura do candidato, número da questão e questionamento.
- 12.6 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.
- 12.7 Os recursos interpostos contra gabarito oficial preliminar deverão ser enviados, impreterivelmente, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento para a **Central de Atendimento do INSTITUTO QUADRIX (Concurso Público – SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB)**, Caixa Postal 28203, CEP: 01.234-970, São Paulo (SP).
- 12.7.1 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento específico.
- 12.8 Não serão aceitos recursos interpostos fora do prazo indicado no subitem 12.1; via fax, telegrama, correio eletrônico ou outro meio que não seja o estabelecido no subitem 12.7.
- 12.9 A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do concurso público.
- 12.10 Se o exame dos recursos resultar em anulação de questão da prova, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de qualquer questão da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 12.10.1 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações isso poderá, eventualmente, alterar a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.
- 12.11 Todos os recursos serão julgados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo/resultado definitivo, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, fax ou correio eletrônico e não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente, o teor dessas decisões.
- 12.11.1 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
- 12.12 Serão conhecidos, mas indeferidos, os recursos inconsistentes, sem fundamentação ou que expressem mero inconformismo do candidato.
- 12.13 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recurso de recurso e/ou recurso de gabarito oficial definitivo.
- 12.14 A banca examinadora tem por responsabilidade as análises e julgamentos de todos os recursos e constitui última instância para esses, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

13 DA ADMISSÃO

- 13.1 De acordo com a necessidade do **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB**, a convocação de candidatos classificados para admissão obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos habilitados no respectivo cargo/área de concentração.
- 13.2 Os candidatos serão submetidos a exames médicos que avaliarão sua capacidade para o desempenho das tarefas pertinentes ao cargo/área de concentração a que concorrem.
- 13.2.1 Os exames médicos, de caráter eliminatório para efeito de admissão, são soberanos e a eles não caberá qualquer recurso.
- 13.3 Por ocasião da convocação que antecede a admissão, os candidatos classificados deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprove os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidos no presente edital.
- 13.3.1 A convocação de que trata o subitem anterior será realizada pelo **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB**. O candidato convocado deverá apresentar-se ao **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB** no local, data e horário determinados.
- 13.3.2 Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticados dos documentos relacionados no subitem anterior.
- 13.4 A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
- 13.5 O candidato que não atender à convocação para a admissão no local, data e horário determinado pelo **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB**, munido de toda a documentação, ou atendê-la, mas recusar-se ao preenchimento de vaga, será eliminado do concurso público.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

14.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público que sejam publicados no Diário Oficial da União e/ou divulgados na internet, no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>.

14.3 O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público nas **Centrais de Atendimento do INSTITUTO QUADRIX**, por meio dos seguintes telefones: Brasília (61) 3550-0000; Porto Alegre (51) 3500-9000; Salvador (71) 3500-9000; São Paulo (11) 3198-0000 e Rio de Janeiro (21) 3500-9000. Por *e-mail* (contato@quadrix.org.br) ou via internet, no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>, ressalvado o disposto no subitem 14.5 deste edital.

14.4 O candidato que desejar relatar ao **INSTITUTO QUADRIX** fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo junto à **Central de Atendimento do INSTITUTO QUADRIX**, postando correspondência para a Caixa Postal 28203, CEP 01.234-970, São Paulo (SP) ou enviando *e-mail* para o endereço eletrônico contato@quadrix.org.br.

14.5 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma dos subitens 4.2 e 14.2 deste edital.

14.6 A aprovação no concurso público na classificação correspondente ao Anexo II do Decreto 6.944/2009 gera, para o candidato, apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do concurso, o SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e com o número de vagas existentes.

14.7 Tendo em vista que este concurso público se destina ao provimento de vagas e que as vagas que vierem a surgir no prazo de validade do concurso serão preenchidas de acordo com os interesses e necessidades do SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, serão classificados para cada cargo/área de concentração os candidatos habilitados de acordo com os critérios deste edital, estando os demais candidatos desclassificados, para todos os efeitos.

14.7.1 O candidato poderá solicitar desistência definitiva ou temporária do presente certame, desde que entregue o formulário de desistência antes da publicação de sua nomeação.

14.8 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; cédulas de identidade expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

14.8.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

14.8.2 Não serão aceitos protocolos nem cópias dos documentos citados no subitem 14.8, ainda que autenticados, ou quaisquer outros documentos.

14.9 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.8 deste edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do concurso público.

14.10 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.

14.10.1 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

14.11 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado.

14.12 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

14.13 O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de:

- a) comprovante definitivo de inscrição;
- b) original de um dos documentos de identidade relacionados no subitem 14.8;
- c) caneta esferográfica de tinta preta ou azul, lápis preto nº 2 e borracha.

14.14 O comprovante definitivo de inscrição não terá validade como documento de identidade.

14.15 Não serão permitidos, durante a realização da prova, a comunicação entre candidatos ou o uso de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

14.16 Será eliminado do concurso público o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos como *bip*, telefone celular, *tablets*, *ipod*®, *walkman*, *pendrive*, agenda eletrônica, mp3 *player* ou similar, *notebook*, *palmtop*, receptor ou transmissor de dados, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio do tipo *data bank*, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.

14.16.1 Os equipamentos e/ou objetos descritos no subitem anterior serão armazenados em envelope plástico inviolável fornecido pelo **INSTITUTO QUADRIX** antes do início da prova.

14.16.1.1 Todos os equipamentos eletrônicos que forem acondicionados no envelope plástico inviolável deverão estar desligados e com a bateria desconectada.

14.16.2 O **INSTITUTO QUADRIX** não ficará responsável pela guarda de quaisquer equipamentos e/ou objetos supracitados nem dos envelopes plásticos invioláveis.

14.16.3 A abertura do envelope plástico inviolável só será permitida fora do ambiente de prova.

14.16.4 O **INSTITUTO QUADRIX** não se responsabilizará por perdas ou extravios de equipamentos e/ou objetos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

14.16.5 O **INSTITUTO QUADRIX** recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem 14.16, no dia de realização das provas.

14.17 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas. O candidato que estiver armado será encaminhado à Coordenação.

14.18 No dia de realização das provas, o **INSTITUTO QUADRIX** poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metais.

14.19 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

14.20 No dia da realização da prova, na hipótese de o candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova, o **INSTITUTO QUADRIX** procederá à inclusão do referido candidato, por meio de preenchimento de formulário específico, diante da apresentação de documentos pessoais e do comprovante de pagamento.

14.21 A inclusão de que trata o subitem anterior será realizada de forma condicional e será confirmada pelo **INSTITUTO QUADRIX**, com o intuito de verificar a pertinência da referida inclusão.

14.22 Constatada a improcedência da inscrição de que trata o subitem 14.20, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

14.23 O candidato deverá assinalar as respostas das questões objetivas no cartão-resposta, preenchendo os alvéolos com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. O preenchimento do cartão-resposta, único documento válido para a correção da prova, será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de provas e no cartão-resposta.

14.23.1 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais presentes no cartão-resposta, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

14.23.2 Não será permitido que as marcações no cartão-resposta sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para realização das provas. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por fiscal do **INSTITUTO QUADRIX** devidamente treinado, para o qual deverá ditar suas marcações. Em tal ocasião poderá ser utilizado o procedimento de filmagem e/ou gravação.

14.24 Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.

14.25 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

14.26 Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis.

14.27 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.

14.28 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas, no decurso dos últimos sessenta minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

14.29 A inobservância dos subitens 14.27 e 14.28 acarretará a não correção da prova e, conseqüentemente, a eliminação do candidato no concurso público.

14.30 Ao terminar a prova antes de decorridas três horas de seu início, o candidato entregará ao fiscal o cartão-resposta e o caderno de provas cedidos para a execução da prova.

14.30.1 O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma.

14.31 Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no cartão-resposta da prova objetiva.

14.32 Não será permitida a consulta a nenhum tipo de material, como livros, apostilas, anotações, códigos ou qualquer outra fonte de dados.

14.33 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do concurso público o candidato que, durante a sua realização:

- a) não apresentar o documento de identidade exigido no subitem 14.8 deste edital;
- b) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- c) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- d) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
- e) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como os listados no subitem 14.16 deste edital;
- f) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- h) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- i) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- j) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta ou o caderno de provas;
- k) descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou no cartão-resposta;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- m) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público;
- n) não permitir a coleta de sua assinatura;
- o) for surpreendido portando anotações em papéis, que não os permitidos;
- p) for surpreendido portando qualquer tipo de arma durante a realização das provas e/ou negar-se a entregá-la à Coordenação;
- q) não permitir ser submetido ao detector de metais.

14.34 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.35 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público.

14.36 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

14.37 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

14.38 O prazo de validade do concurso público esgotar-se-á após 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

14.39 O resultado final do concurso público será homologado pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, publicado no Diário Oficial da União e divulgado no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br> na data provável de **30 de junho de 2014**.

14.40 O candidato deverá manter atualizados seu endereço e telefone perante o **INSTITUTO QUADRIX**, enquanto estiver participando do concurso público, e perante o **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB**, se aprovado no concurso público e enquanto este estiver dentro do prazo de validade. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

14.40.1 O **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB** e o **INSTITUTO QUADRIX** não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;
- b) endereço de difícil acesso;

c) correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;

d) correspondência recebida por terceiros.

14.41 O **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB** e o **INSTITUTO QUADRIX** não arcarão com quaisquer despesas de deslocamento de candidatos para a realização da prova e/ou mudança de candidato para a investidura no cargo/área de concentração.

14.42 O **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB** e o **INSTITUTO QUADRIX** não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este concurso público no que tange ao conteúdo programático.

14.43 Os casos omissos serão resolvidos pelo **INSTITUTO QUADRIX** juntamente com o **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB**.

14.44 As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital serão objeto de avaliação, ainda que não mencionadas no conteúdo programático constante do anexo II.

14.45 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação, salvo se listada no conteúdo programático constante do anexo II deste edital.

14.46 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

FAUZE MARTINS CHEQUER
SECRETÁRIO-EXECUTIVO - SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Realização:



ANEXO I

REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO/ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

1. NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE

1.1 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO I

1.1.1 REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

1.1.2 ATIVIDADES RELACIONADAS À ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: gestão estratégica de pessoas, planejamento, organização, supervisão, coordenação, avaliação e execução relativas ao apoio técnico e administrativo na área de educação corporativa, desenvolvimento organizacional e estabelecimento de um Programa de Treinamento e Capacitação de pessoas, e em outras áreas que forneçam o suporte necessário ao funcionamento do Ministério do Meio Ambiente; realizar a promoção da gestão estratégica e operação (execução) de processos, de recursos materiais e patrimoniais e de licitações, contratos e convênios, orçamento, finanças e contabilidade; planejar, desenvolver, executar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos, inclusive voltados à modernização e à qualidade; realizar pesquisas e processar informações; elaborar despachos, pareceres, informações, relatórios, ofícios, dentre outros; realizar atividades que exijam conhecimentos básicos e/ou específicos de informática; supervisionar e coordenar, visando controlar a aplicação e a utilização regular dos recursos e bens públicos nas áreas de gestão de pessoas, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade, compreendendo a avaliação dos resultados alcançados, a análise, o registro e as perícias contábeis de documentos, demonstrações contábeis, balancetes e balanços; auditoria governamental, de gestão e tomada de conta especial; executar atividades relacionadas aos acordos de empréstimo e doação; participar da elaboração da programação orçamentária anual da Unidade de Coordenação de Projetos – UCP; elaborar planejamento da execução orçamentária e financeira do projeto; apresentar soluções a questões surgidas na área financeira; preparar documentações relativas à execução financeira do acordo de Empréstimo ou doação; preparar relatórios periódicos sobre o planejamento e a execução financeira; exercer atividades técnicas relacionadas à realização e ao acompanhamento de processos para aquisições e contratações de consultorias e de equipamentos; auxiliar a Coordenação da UCP no cumprimento das regras dos Organismos Internacionais para aquisições e contratações; acompanhar a execução dos contratos e a elaboração de relatórios gerenciais; planejar, elaborar e executar a programação orçamentária e financeira anual, acompanhar e controlar a execução orçamentária e financeira da instituição; elaborar o plano plurianual interno, a descentralização de créditos, a elaboração de pedidos de créditos adicionais, a elaboração e a alteração do quadro de detalhamento da despesa e a realização de estudos técnicos que produzam alternativas à melhor utilização dos recursos dos órgãos, dentre outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade, que venham a ser determinadas pela autoridade superior.

1.2 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO II

1.2.1 REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

1.2.2 ATIVIDADES RELACIONADAS À ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: planejamento das operações florestais; monitoramento dos contratos de concessão florestal e acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais, da execução do manejo florestal sustentável de impacto reduzido, do controle da produção de produtos florestais; monitoramento de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção nas áreas de concessão florestal, dos corpos d'água e medidas de proteção contra incêndios e outras ameaças às florestas; implantação e gestão do sistema de auditorias florestais independentes; monitoramento das cláusulas contratuais relativas às questões trabalhistas; análise remota da integridade de áreas de florestas; monitoramento dos impactos sociais, ambientais, econômicos gerados pelas concessões florestais; monitoramento dos impactos da exploração florestal e transporte na floresta e nas estradas florestais; realizar atividades de acompanhamento do planejamento das operações florestais e da execução do manejo florestal sustentável; monitoramento e auditorias florestais; verificação de indicadores de desempenho de operações florestais e implantação e manutenção de sistemas de gestão e desempenho de qualidade socioambiental.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 CONHECIMENTOS BÁSICOS

1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão, interpretação de textos. 2 Ortografia. 3 Semântica. 4 Morfologia. 5 Sintaxe. 6 Pontuação. 7 Redação de Correspondências oficiais (Manual de Redação da Presidência da República).

1.2 DIREITO CONSTITUCIONAL: 1.Princípios constitucionais. 2 Princípios fundamentais da Constituição Federal 3 Direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal 4 Organização do Estado político-administrativo na Constituição. 5 Administração Pública na CF/88 6 Poder Executivo. 7 Ordem Social 8 Do Meio Ambiente.

1.3 DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Administração Direta, Administração Indireta. 2 Princípios Básicos da Administração Pública. 3 Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de Polícia. 4 Atos Administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos, atributos, méritos e classificação. 5 Atos Administrativos vinculados e atos administrativos discricionários. 6 Espécies de atos administrativos: normativos, ordinários, negociais, enunciativos e punitivos. 7 Invalidação dos atos administrativos: revogação, anulação e efeito. Controle judicial dos atos administrativos: mandado de segurança e ação popular. 8 Processo de Licitação: conceitos, princípios, finalidades, modalidades, tipos. Lei n.º 8.666/93 e alterações. Lei n.º 10.520 /02 que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências; Decreto n.º 5.450, de 31/05/05 e Decreto n.º 5.504, de 05/08/05. Decreto n.º 1.070, de 2/3/1994, que dispõe sobre contratações de bens e serviços de informática e automação pela administração federal, nas condições que especifica, e dá outras providências. Dispensa e inexigibilidade de licitação: conceitos e hipóteses. 9 Contratos administrativos: conceitos, características, formalização. Execução do contrato: direito e obrigação das partes, acompanhamento, inexecução do contrato: causas justificadoras, consequências da inexecução, revisão, rescisão e suspensão do contrato. 10 Agentes Públicos. 11 O servidor público e a Constituição de 1988. 12 Regime Jurídico dos Servidores – Lei n.º 8.112/90 e alterações. 13 Lei do Processo Administrativo – Lei nº 9.784/99 e suas alterações. 14 Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92 e suas alterações. 15 Ética Pública: Comissão de Ética Pública. Decreto de 26 de maio de 1999 – Código de Conduta da Alta Administração Federal. Exposição de Motivos n.º 37, de 18 de agosto de 2000. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto n.º 1.171 de 22 de junho de 1994. 16. Regime Diferenciado de Contratação.

2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.1 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO I: 1 ADMINISTRAÇÃO: 1.1 Noções de administração. 1.2 Conceitos básicos: administração, organização, eficiência, eficácia, efetividade. 1.3 Processo administrativo: funções de planejamento, organização, direção e controle. 1.4 Níveis hierárquicos. Papéis e competências gerenciais. 1.5 Dinâmica das Organizações: liderança, motivação, comunicação, processo decisório descentralização, delegação e gestão de conflitos. **2 GESTÃO DE PESSOAS:** 2.1 Liderança, Gerenciamento de Conflitos, Gestão por Competência, Motivação, Avaliação de Desempenho, sistemas de incentivo e responsabilização; flexibilidade organizacional; trabalho em equipe; mecanismos de rede. 2.2 Critérios de departamentalização: funcional, territorial ou geográfico, por produto, por cliente, por processo, unidade de negócio, projetos. 2.3 Estrutura funcional e estrutura matricial. 2.4 Condicionantes da estrutura organizacional. 2.5 Processo de controle: definição e elementos, gestão documental, gestão de material, patrimônio e serviços gerais. 2.6 Enfoque da Qualidade: definição e princípios, mapeamento de processos e técnicas de negociação. 2.7 Formas de administração pública: patrimonialista, burocrática, gerencial. 2.8 Evolução da Administração Pública no Brasil: reformas administrativas: dimensões estruturais, principais características. 2.9 Programa Nacional de desburocratização e Programa Nacional de Qualidade. 2.10 Governabilidade, governança e accountability. 2.11 Mudanças institucionais: conselhos, organização social (OS), organização social de interesse público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva. 2.12 Funções do Estado. Planejamento: Técnicas de abordagem, análise e diagnóstico. Estabelecimento de cenários. Estabelecimento de objetivos e metas organizacionais. Métodos de desdobramento de objetivos e metas e elaboração de Planos de Ação e Mapas Estratégicos, Implementação de estratégias. 2.13 Tipos de indicadores. 2.14 Sistemáticas de Monitoramento e Avaliação. **3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:** 3.1 Planejamento estratégico, tático e operacional. 3.2 Ferramentas de Planejamento Estratégico: matriz Swot, diagrama de Ishikawa, gráfico de Pareto, Balanced Scorecard (BSC). 3.3 Técnicas de gerenciamento de projetos. **4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO:** 4.1 Noções de contabilidade, Lei n.º 4.320/1964 e Decreto n.º 93.872/86. 4.2 Lei de responsabilidade fiscal – Lei complementar n.º 101/2000 e Decreto n.º 3.590/00: princípios, objetivos, efeitos no planejamento e no processo orçamentário. 4.3 Receita e Despesa pública: conceito, classificação econômica e estágios. 4.4 Receitas e Despesas orçamentárias e extra-orçamentárias: interferências passivas e mutações ativas. 4.5 Decreto n.º 6.170, de 25/07/07. 4.6 Administração Financeira do Governo Federal/SIAFI: conceito, objetivos, principais documentos. 4.7 Suprimento de Fundos. 4.8 Orçamento Público: Conceitos e princípios orçamentários; orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento de desempenho, orçamento-programa. 4.9 Orçamento na Constituição de 1988: Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual; Plano Plurianual. 4.10 Plano Plurianual (PPA) 2012-15: Modelo de Planejamento, Megaobjetivos, Dimensões, Programa, Ação. 4.11 Etapas do processo orçamentário. 4.12 Classificação das Receitas e Despesas Públicas segundo finalidade, natureza e agente. 4.13 Avaliação da execução orçamentária. 4.14 Planejamento. **5 LEGISLAÇÃO E NORMAS EM MEIO AMBIENTE:** 5.1 Arranjos institucionais para coordenação e implementação de políticas públicas (Registro de Preços Nacional, Portal do Software Gestão de suprimentos e logística na administração pública). 5.2 Compras públicas sustentáveis. 5.3 Lei de Acesso à Informação. 5.4 Lei que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF - Lei n.º 11.284, de 02/03/06. Decreto n.º 6.063, de 20/03/07.

2.2 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO II: 1 ECOLOGIA FLORESTAL: 1.1 Conceitos de populações, comunidades, ecossistemas e biosfera. 1.2 Conceitos de fitossociologia. 1.3 Índices de similaridade e de diversidade. 1.4 Sucessão florestal. 1.5 Noções de ecologia da paisagem. 1.6 Características de florestas, distribuição, estrutura, composição e diversidade. 1.7 Florestas e serviços ambientais. 1.8 Fenologia de espécies florestais. **2 DENTROMETRIA:** 2.1 Variáveis dendrométricas. 2.2 Diferentes métodos e equipamentos de mensuração florestal. 2.3 Mensuração de diâmetro e altura. 2.4 Métodos de estimação de volume e área basal da floresta. 2.5 Construção de modelos dendrométricos. 2.6 Relação hipsométrica. 2.7

Estimação de biomassa e incremento florestal. **3 INVENTÁRIO FLORESTAL:** 3.1 Definição e tipos de inventário florestal e suas finalidades. 3.2 Planejamento de inventários florestais. 3.3 Métodos e sistemas de amostragem, em especial a amostragem simples ao acaso, estratificada, sistemática e conglomerado. 3.4 Forma e tamanho das unidades de amostra. 3.5 Parcelas temporárias e permanentes. 3.6 Variáveis quantitativas e qualitativas das florestas. 3.7 Análise de inventários florestais 3.8 Noções de estatística aplicada aos inventários florestais. 3.9 Taxonomia de espécies arbóreas e técnicas de coleta e identificação de material botânico. **4 MANEJO FLORESTAL:** 4.1 Aspectos ecológicos, econômicos e sociais do manejo de florestas nativas. 4.2 Princípios básicos do manejo de florestas tropicais. 4.3 Planejamento e execução de planos de manejo florestal sustentável. 4.4 Plano operacional anual. 4.5 Sistemas de manejo empregados em regiões tropicais e nos biomas brasileiros, com ênfase na Amazônia e na Caatinga. 4.6 Planejamento e execução de exploração de florestas tropicais. 4.7 Exploração de impacto reduzido. 4.8 Manejo florestal comunitário. 4.9 Sistemas de manejo de florestas plantada. 4.10 Certificação florestal no Brasil. **5 SILVICULTURA:** 5.1 Silvicultura de espécies nativas. 5.2 Aspectos econômicos e técnicas relevantes para a formação de povoamentos florestais. 5.3 Sementes e viveiros florestais. 5.4 Sistemas silviculturais aplicados no manejo de florestas tropicais e de plantações. 5.5 Sistemas agroflorestais e uso múltiplo de florestas. 5.6 Tratamentos silviculturais aplicados à regeneração natural; 5.7 Regeneração de povoamentos florestais. **6 NOÇÕES DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E SENSORES ORBITAIS:** 6.1 Cartografia básica. 6.2 Aquisição de dados com GPS. 6.3 Processamento de imagens de satélite. **7 NOÇÕES DE ECONOMIA FLORESTAL:** 7.1 Relação entre florestas, serviços ambientais e desenvolvimento local. 7.2 Noções de pagamento por serviços ambientais. 7.3 Cadeias produtivas de produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Dinâmica de mercado. Aspectos de logística e infraestrutura. 7.4 Incentivos à produção sustentável, comercialização e processamento de produtos florestais madeireiros, não madeireiros, produtos da biodiversidade, agroextrativismo, ecoturismo. 7.5 Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Projetos. 7.6 Elementos para construção de Planos de Negócios. **8 EXTENSÃO FLORESTAL:** 8.1 Princípios de Extensão Florestal. Lei 11.288/2010. 8.2 Metodologias de planejamento participativo 8.3 Gestão Socioambiental para Comunidades Tradicionais. Gestão Ambiental em Terras Indígenas. 8.4 Tecnologias Sociais. Inclusão social e cidadania. Políticas Públicas de Gênero, Raça e Etnia. Movimentos Sociais do Campo. Decreto 5.051/2004 – promulgação da Convenção 169 OIT. **9 POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS ÀS FLORESTAS BRASILEIRAS:** 9.1 Políticas públicas relacionadas às florestas brasileiras, órgãos responsáveis pela administração pública do setor florestal, Planos do governo federal para combate ao desmatamento (PPCDAM e PPCerrado), Plano Nacional sobre de Mudanças Climáticas (PNMC). 9.2 Instrumentos de fomento à atividade florestal: Concessões florestais no Brasil. Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Fundo Amazônia. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal 9.3 O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Política Nacional de Meio Ambiente - Lei n.º 6.938/81 e alterações. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - Lei n.º 9.985/2000, com ênfase em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais e Estaduais. Lei n.º 11.284/2006. Lei 12.651/2012. Decreto n.º 5.795/2006. Decreto n.º 6.063/2007. Instrução Normativa MMA 05/2006. Instrução Normativa MMA 01/2009. Lei nº 12.651/2012.

ANEXO III

MODELO DE REQUERIMENTO PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA E/OU NECESSIDADES ESPECIAIS

O(A) candidato(a) _____,

CPF nº _____, candidato(a) ao cargo de **ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE** e área de

concentração _____, código _____ no **Concurso Público nº 01/2014 – SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB**,

vem requerer vaga especial como CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA. Nessa ocasião, o(a) referido(a) candidato(a) apresentou LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Internacional de Doenças (CID-10), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência que possui: _____.

Código correspondente do (CID-10): _____.

Nome e número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) do médico responsável pelo laudo:

_____.

OBSERVAÇÃO: não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, tais como, miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

Ao assinar este requerimento, o(a) candidato(a) declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, publicado no *Diário Oficial da União* de 03 de dezembro de 2004, especialmente no que concerne ao conteúdo do item 6 do edital normativo do **Concurso Público nº 01/2014 – SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB**, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação, por ocasião da realização da perícia médica.

REQUERIMENTO DE PROVA ESPECIAL E/OU DE TRATAMENTO ESPECIAL

Dados para aplicação de prova especial: marcar com um X no quadrado, caso necessite, ou não, de prova especial e/ou tratamento especial. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova e/ou necessidade.

- NÃO HÁ NECESSIDADE** DE PROVA ESPECIAL E/OU DE TRATAMENTO ESPECIAL.
 HÁ NECESSIDADE DE PROVA ESPECIAL E/OU DE TRATAMENTO ESPECIAL.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO IV**CRONOGRAMA DE FASES ***

EVENTOS	DATAS PROVÁVEIS
Publicação do Edital Normativo	08/04/2014
Período de inscrições (verifique os horários no subitem 4.1.1)	09/04/2014 a 16/05/2014
Último dia para pagamento da taxa de inscrição	20/05/2014
Divulgação do Comprovante Definitivo de Inscrição com informações sobre locais de prova	02/06/2014
Publicação do Edital de Convocação da Prova Objetiva	02/06/2014
Aplicação da Prova Objetiva (previsão: turno da tarde)	08/06/2014
Publicação do Gabarito Preliminar	09/06/2014
Prazo para interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar da Prova Objetiva	10 e 11/06/2014
Publicação do Gabarito Definitivo	30/06/2014
Publicação do Resultado Prova Objetiva / Publicação do Resultado Final / Homologação do Concurso	30/06/2014
O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB efetuará as publicações na imprensa oficial e o INSTITUTO QUADRIX dará publicidade em seu endereço eletrônico.	

* **Datas prováveis de realização. Qualquer alteração no cronograma será divulgada por meio de comunicado oficial no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>**